



## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

<b>Autor/ediador:</b> Margarida Calafate Ribeiro	<b>Cód.:</b>
<b>TÍTULO:</b> “A Casa da Nave Europa – miragens ou projeções pós-coloniais?” in <i>Geometrias da memória: configurações pós-coloniais</i>	<b>Data da ficha:</b> 15 de Março de 2018
<b>Editora:</b> Afrontamento	
<b>Ano:</b> 2016	
<b>ISBN:</b> 978-972-36-1525-8	
<b>Páginas:</b> 15-41	

### 1. Observações sobre o conteúdo:

#### 1.1. Ficha de leitura (até 7000 ca)

Uma parte substancial da história europeia passou-se fora da Europa mas esta não a reconhece como sua. Foram vários os países colonizadores mas estes são vistos pelo exterior como uma entidade singular: a Europa. As guerras coloniais opuseram territórios coloniais à procura da independência às respetivas potências colonizadoras, mas devemos vê-las também como “interpelações” à Europa e ao Ocidente em geral. Para além de ter servido para promover a paz no continente, a União Europeia aparece para dar resposta à “perda de relevância planetária” da Europa, algo que ainda hoje não é publicamente assumido. As consequências da descolonização são ocultadas e começa, a partir da Guerra Fria, a desenhar-se uma primeira vaga de “ressentimento histórico” (termo de Marc Ferro), motivada não pelas ideologias dos dois blocos saídos do pós-guerra, mas pela mais “recalcada” das expressões culturais europeias, a religião. Este ressentimento manifesta-se nas interpelações de Khomeini à polémica publicação de Rushdie, do Orientalismo de Said e do revisionismo histórico de Maalouf.

Há uma história comum que se materializa em memórias diferentes e muitas vezes contraditórias (por exemplo, a África como realidade concreta e paraíso perdido). Muitos dos recentes atentados terroristas em território europeu podem ser vistos como “erupções de memória”, produto da “transferência de memória colonial” (termo de Benjamin Stora) para as gerações dos filhos e netos dos colonos e dos povos colonizados. Isto explica, por exemplo, as referências à Guerra da Argélia no contexto do atual racismo anti-árabe e comprova a existência de um “colonialismo íntimo” que, apesar

de inconspícuo, assombra o processo de assimilação daqueles que têm de passar por um penoso processo de “desidentificação” para poderem ser “quase” franceses ou portugueses.

A autora defende que certos posicionamentos pretensamente multiculturais (multiculturalismos teóricos ou “celebratórios”, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos) representam, na verdade, uma certa continuidade relativamente ao colonialismo. São discursos que não foram concebidos pelas minorias que abrangem e que, como tal, acabam por revelar-se “cosmopolitismos de pobre”, como lhes chama Silvano Santiago.

Sempre visto como uma ameaça, o Islão nunca encaixou verdadeiramente neste omnívoro multiculturalismo do ocidente, continuando a ser um “inimigo íntimo”, nas palavras de Omasombo Tshoda, e um “fantasma” do passado, como nos diz Zygmunt Bauman. Salman Sayyid acrescenta que, enquanto assombrações, os militantes do Islão habitam um lugar “fora do tempo”, vistos pelo ocidente como um grupo homogéneo, “prisioneiros de uma cultura de crença” que não lhes permite qualquer subjetividade. Sayyid diz também que, para o ocidente, o reaparecimento deste velho inimigo significa também o “renascimento de Deus”, que tivemos de matar para dar lugar à conceção do humano que hoje damos por adquirido: assente no individualismo, na razão e na liberdade, ideais que presumimos não serem partilhados por outras culturas. A memória altera o significado do conceito de laicidade: visto por uns como uma oportunidade e por outros como uma ameaça.

Calafate Ribeiro diz-nos que não é suficiente descolonizar a linguagem e as narrativas (como defendia Said). Temos, acima de tudo, de descolonizar as pessoas. Devemos tentar perceber como a memória da descolonização passa para as gerações seguintes para melhor avaliar o seu impacto. Neste contexto, a autora usa o conceito de “desmemória” (de Fernando Rosas) para se referir à conjugação de fatores que levam a que o passado circule de forma descontextualizada nos média e nos curricula das escolas, quase como se não houvesse relação entre a história e o presente.

Quando os retornados chegam a Portugal, os seus testemunhos são ignorados, primeiro pela ditadura e depois pelos militares libertadores; eram “guerras inconfessáveis”. No pós-25 de Abril, continua a ser uma memória incómoda. O novo Portugal imagina a revolução como uma manobra pacífica e pouco se fala no sangue colonial. Os filhos dos retornados apenas têm “pós-memórias” dos tempos da colonização e descolonização: não viveram esses acontecimentos diretamente mas crescem com as estórias dos pais e dos avós.

Na conclusão, Calafate Ribeiro centra a sua atenção sobre aquilo que pode ser feito para “descolonizar as pessoas” e construir um discurso europeu verdadeiramente inclusivo. Citando Eduardo Lourenço, a autora diz-nos que será acima de tudo preciso reconhecer que “os indianos . . . querem ser indianos . . . na Europa . . . do mesmo modo que nós fomos Portugueses no mundo”. Isto é, os imigrantes não querem, como tendemos a pensar, apenas ser assimilados pelos europeus. Não se tratará tanto de uma “colonização às avessas” mas da construção de uma “comunidade do tamanho do mundo”

### **1.2. Palavras-chave:**

Europa; Estudos Pós-Coloniais; Periferias; Inclusão; Multiculturalismo; Islão; Retornados;

### **Para citar esta ficha de leitura:**

**João Paulo Guimarães** (2018), ficha de leitura do capítulo: Calafate Ribeiro, Margarida, “A Casa da Nave Europa – miragens ou projeções pós-coloniais?” in *Geometrias da memória*. Afrontamento. (2016). 15-41.